

O ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Daysi Lúcia Ramos de Andradeⁱ

RESUMO

À administração pública impende a execução de ações que devam promover o bem-estar, pela guarda dos direitos e do seu acesso, aos cidadãos. Como parte integrante dela os arquivos são seus instrumentos na confirmação desses direitos, por princípio. No entanto, é comum os arquivos se manterem em constante movimento de defesa contra a marginalização de suas competências em relação às suas importantes funções: servir às administrações e promover a manutenção da memória oficial.

Este artigo resenha a história recente do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná que desde o início busca a valorização de seus serviços e daqueles que os realizam pela aplicação de uma política arquivística integral gerida e mantida consoante as técnicas e as práticas ideais.

Palavras-chave: Arquivo Público do Paraná; relatório de atividades arquivísticas

ABSTRACT

Upon the Public Administration is incumbent the execution of actions aiming at promoting well being to all the citizens, through guarding the access to their rights. As an integral part of it, Public Administration's archives are means that confirm these rights, in principle. Nevertheless, these archives are commonly kept moving towards defense against being cast out in regards to its important functions, that is to say, to serve as a means that Public Administration use for promoting and maintaining Official Memory.

This article sums up recent history of Paraná State Public Archive Department which, from its beginnings, aims at appreciating their services and of those that made them through the use of an integral archivist politics that follow ideal practices and techniques.

Keywords: Paraná State Public Archive; archives activities report

Inicialmente, meus agradecimentos pelo convite, formulado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros e pela Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, para que o Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná estivesse representado neste Congresso. A nós é significativa essa participação, pois relembramos a honrosa incumbência que teve Mbá De Ferrante, diretor do Arquivo Público, à época, de saudar os congressistas, quando da realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, ocorrido no Rio de Janeiro, no ano de 1972, inaugurando aí um compromisso do Paraná com a Arquivologia Brasileira.

INTRODUÇÃO

A história da arquivística em nosso país é muito recente.

A partir dos anos 70, há uma movimentação em centros como Rio de Janeiro e São Paulo, para acompanhar e propor a aplicação de uma nova mentalidade mundial respeitante aos arquivos, a ser também incorporada no país. Cria-se a Associação dos Arquivistas Brasileiros; criam-se cursos de graduação nas principais cidades brasileiras; regulamenta-se a profissão.

Realizam-se congressos, encontros – dentre eles, os da Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH, importante no revisionismo metodológico da História, estendendo seus reflexos aos arquivos –, reconhecidos como necessários para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Criam-se cursos de graduação que produzem e promovem a reflexão do modelo brasileiro, tomando suas particularidades para a conformação de uma identidade arquivística. (Esposel, 1994).

Esse momento de euforia, e de perspectivas altamente motivadoras, coincidiu com a ampla abertura do Arquivo do Paraná, inicialmente à academia, que passou a freqüentá-lo com seus grupos de alunos, num relacionamento que perdura e que permite a participação direta do discente e do docente no conhecimento e no aprimoramento de instrumentos de pesquisa.

Vê-se que, desde então, se opera um lento, porém definitivo, movimento no cenário arquivístico brasileiro, marcado por fases de representatividade e períodos de acentuada estagnação, esta, especialmente, fruto da própria compleição do Estado

brasileiro: grande, pouco ágil e precipitado na busca de soluções imediatas para problemas que têm raízes profundas.

Um dos pontos que se discutem freqüentemente – na tentativa de justificar a sempre adiada hierarquização, pela valorização dos arquivos públicos brasileiros dentro das estruturas públicas em todos os seus âmbitos e níveis com certo grau de generalização – tem sido a costumeira insensibilidade governamental, que cogita apenas os valores imediatos da documentação, sem entender a sua complexidade e importância, que tem resultado na “perda de provas de direito dos cidadãos, na imprecisão no fornecimento de subsídios para o processo decisório e sérias lacunas no acervo documental potencialmente importante para investigação retrospectiva” (Machado & Camargo, 1996), fatores que impedem que finalmente o Estado brasileiro promova os arquivos ao status de entidades estreitamente ligadas à formulação e a implementação de políticas públicas. E, na esteira dessa realidade, há o adiamento da concretização de planos de cargos necessários e insubstituíveis para suprir essas estruturas.

Tais fatos refletem a realidade brasileira, insensível aos avanços da área, fruto dos esforços daqueles que a estudam e apontam as possibilidades.

O ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Nascido aos moldes das instituições criadas no Império, com forte conotação de repositório da história, tinha como função “coligir todas as memórias impressas e manuscritas relativas à história e à geografia da província”, além da de manter um tomo onde se mencionariam os acontecimentos notáveis da Administração, e notícias de quaisquer fenômenos importantes e outros fatos que pudessem servir de materiais para a história, compreendendo, quando possível for, a da província [...]”(Lei nº33, de 1855).

O Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, hoje subordinado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, conta 153 anos, constituindo-se numa das mais antigas unidades administrativas do Estado, visto que o Paraná alcançou sua autonomia político-administrativa há 158 anos – quando deixou de ser a 5ª Comarca de São Paulo.

Ao longo de todos esses anos, o Arquivo do Paraná experimentou sucessivas mudanças administrativas. Integrou a estrutura de diversas Secretarias, entre as quais a do Interior, Justiça e Instrução Pública, Obras Públicas, Viação e Agricultura, conseqüência da ordem política responsável por tempos de inadequações e paralisações que lhe foram muito prejudiciais, na medida em que herdou recolhimentos caracterizados pela coexistência de coleções formadas por documentos de diversos fundos e pelo desrespeito à proveniência que representou lacunas importantes no recolhimento do conjunto dos fundos de arquivos e metodologia questionável, pois que se confrontava, radicalmente, com o princípio da organicidade, que preconiza a complementaridade entre as três idades documentais – foco da moderna arquivística.

Sempre com escasso número de funcionários, carente de capacitação e abrigado em instalações temporárias – que não garantiam a guarda, a preservação e o acesso regular e adequado aos documentos –, precisou fazer a necessária autocrítica ante fatos e acontecimentos que marcaram definitivamente os rumos da sua história recente: reavaliou a sua trajetória e assumiu a postura de abertura frente aos desafios cotidianos impostos por novos referenciais – atitude amadurecida há três décadas e definitivamente impulsionada pela edição da lei 8.159 de 1991.

Num projeto permanente, vem realizando grande esforço para demonstrar a capacidade de assumir uma postura ativa, reformulando seu *modus operandi*, visando atender as demandas que, na atualidade, se configuram as mais diversas, e enaltecer, junto À Administração Pública, a imprescindibilidade da realização de um trabalho técnico sempre atualizado, pautado nas necessidades e no reconhecimento do usuário – referencial para a melhoria sistemática de programas arquivísticos –, fomentando a conscientização das funções próprias de sua responsabilidade, num momento em que tem se ampliado um tipo de “demanda informacional e cultural de caráter difuso extremamente suscetível aos padrões formais de qualidade” (Blais & Enns 1989-1990). Nesse sentido, é tarefa vital, não só para o Arquivo do Paraná, mas também para as instituições arquivísticas públicas, na atualidade, a adoção de uma postura que popularize uma imagem de organizações dinâmicas, capazes de preencher as atuais e futuras necessidades informativas e culturais, a despeito de se manterem em constante movimento de defesa contra a marginalização de

suas competências técnicas em relação às suas importantes funções: servir à Administração Pública, guardar e promover a manutenção integral da memória oficial.

ACÇÕES

Na fase que caracterizou a busca do desenvolvimento técnico-científico da instituição, a primeira ação com vistas ao enfrentamento dos problemas foi instituir, em 1996, o Programa de Gestão de Documentos, PGD, com metodologia de trabalho que buscasse construir soluções a partir de exemplos progressivamente aplicáveis por meio de bases sólidas – teóricas e práticas –, divididas em três etapas: (1) estabelecimento da adoção de normas e procedimentos técnicos no tratamento dos documentos de arquivo no âmbito do Poder Executivo; (2) produção, distribuição e divulgação de material que complementasse a normalização proposta e (3) adequação e desenvolvimento de materiais à realidade local, como os Manuais de Gestão de Documentos e o de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná, o primeiro composto pelo Código de Classificação e de Tabela de Temporalidade de Documentos para atividades-meio, aprovado pela resolução nº 12.220, de 1998, da então Secretaria de Estado da Administração.

A partir daí, deu-se cumprimento à prática da gestão documental prevista na lei nº 8.159, de 1991, com a institucionalização do PGD, que visa privilegiar, como metodologia de trabalho, os arquivos correntes ou de 1ª idade, ou, em outras palavras, tenta descaracterizar que o trabalho arquivístico somente se dá com a preocupação histórico-preservacionista.

O conjunto de ações que caracterizam o PGD oferece meios para a reivindicada transparência administrativa – conceito chave para exprimir a dinâmica da evolução que afeta sistemas administrativos –, ocasionando, a médio e longo prazos, importantes reformas, que darão o direito, ao cidadão, de ser ator e não mero espectador da vida pública, rompendo com a tendência à descontinuidade administrativa que se dá por meio do processo cumulativo de informações desorganizadas.

Hoje, o universo de abrangência do PGD atinge 30 (trinta) órgãos da administração direta e indireta do Executivo estadual, tendo sido analisados e destinados à eliminação 12.403 (doze mil, quatrocentos e três) metros lineares de documentos, correspondentes a

92.170 (noventa e duas mil, cento e setenta) caixas-arquivo, num trabalho conjunto formalizado pela Resolução nº 3.107, de 1995, da Secretaria de Estado da Administração, que define, como órgão central da Organização de Arquivos, o Arquivo Público e, como órgãos secundários, os arquivos setoriais e gerais das Secretarias de Estado e demais órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, por meio das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos. Como órgão central desse Sistema, o DEAP tem, entre outras atribuições, a de elaborar diretrizes e normas básicas para o funcionamento integrado das atividades de arquivo, bem como do processo de microfilmagem ou similares.

O decreto estadual nº 5.316, de 2002, atualizado pelo de nº 2.866, de 2004, define os critérios para as transferências de acervos para o DEAP, enfatizando, mais uma vez, a necessidade da gestão de documentos, dando, de forma inédita, a possibilidade de o Arquivo formar receita própria, oriunda da custódia de documentos provenientes da administração indireta, fundacional ou autárquica.

A ação efetiva do PGD traz consigo a necessidade de capacitar o servidor do quadro geral, responsável pela criação e pelo “gerenciamento” da massa documental, para a adoção de normas que facilitam e dão segurança às atividades diárias de produção, tramitação e destinação de documentos oficiais. Nesse sentido, o Arquivo tem promovido, sistematicamente, cursos específicos de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos recursos humanos na organização de arquivos correntes, tendo atingido, desde a implantação do PGD até a presente data, 680 (seiscentos e oitenta) servidores, sem mencionar os eventos dirigidos às áreas fins da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.

O diálogo é essencial para assegurar que a instituição permaneça renovada com a perspectiva da ampliação dos seus interesses, e, nessa perspectiva, tem aproveitado as oportunidades de participar de discussões, seja em Câmaras Técnicas e Grupos de Discussão – especialmente com a Escola de Governo, órgão gerenciador das atividades de capacitação e aperfeiçoamento funcional do Governo do Paraná –, seja com a academia, discussões que visam ao aprimoramento do quadro profissional do Estado, por meio de cursos *lato e stricto sensu*, da mesma forma que tem tratado do acesso à informação pela *Internet* e da qualidade dos instrumentos de busca disponíveis na pesquisa presencial.

A ousadia de adotar a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAD-G, e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, NOBRADEⁱⁱ, nos procedimentos de

arranjo e descrição dos fundos arquivísticos permanentes, tem guiado a instituição na organização da documentação, de modo sistemático e conceitualmente adequado.

Dessa determinação resultou o emprego da digitalização do acervo permanente do Arquivo do Paraná. A primeira experiência contemplou a coleção Correspondência do Governo, uma das coleções classificadas no Guia de Fundos do Arquivo Público do Paranáⁱⁱⁱ, publicado em 2002. Caracterizada pela reunião artificial de documentos que, apesar de não terem relação orgânica entre si, possuem características comuns, a coleção Correspondências do Governo (assim classificada justamente por reunir, em ordem cronológica, em volumes encadernados, documentos produzidos e recebidos pelos órgãos da administração pública do governo dos períodos provincial e republicano do Paraná, bem como requerimentos de particulares) vem recebendo, paulatinamente, as atividades técnicas de descrição, nível item documental, para promover uma classificação mais eficaz, isto é, que melhore os resultados das buscas. O conjunto de documentos que forma a Coleção abrange o período de 1853 a 1931.

A tentativa de devolver a organicidade a esta documentação começou pelo trabalho de recuperar a história administrativa da província do Paraná,^{iv} a partir de um organograma hipotético, que estabeleceu o arranjo onde os produtores dos documentos formam as séries. A fundo daí emergente denomina-se Administração Provincial do Paraná, com as datas-limite coincidentes com a existência da Secretaria do Governo, uma vez que era o órgão responsável pela organização e acúmulo dessa documentação oficial e particular. Para tanto, o tratamento arquivístico empreendido na porção referente ao período provincial delimitou o recorte cronológico 1853-1892, para um total de 968 volumes.

O desenvolvimento da história administrativa é, por conseguinte, fundamental em uma instituição arquivística pública, uma vez que é imprescindível para a organização dos seus acervos e, conseqüentemente, o acesso aos mesmos, a fim de que entendamos a produção de um determinado documento em seu contexto próprio. Diante disso, dos anos 1980 para cá, quando as metodologias arquivísticas se modernizaram e se difundiram nos arquivos públicos brasileiros, muitos destes vêm desenvolvendo projetos de história administrativa, a exemplo do Memória da Administração Pública Federal, MAPA, desenvolvido pelo Arquivo Nacional nessa década, e projetos no mesmo sentido e período dos arquivos públicos mineiro e paulista.

O arranjo intelectual determinou, por sua vez, um novo arranjo físico, uma vez que, para o restabelecimento da proveniência dos documentos, estes foram desencadernados. Cada item documental ganha capa própria, com a notação do fundo, conforme os requisitos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, NOBRADE, originada da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAD (G). Os procedimentos normalizados permitem implementar controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis as descrições que serão mantidas ao longo do tempo.

A crescente ampliação das tecnologias da informação tem, na Internet, uma das suas expressões mais evidentes, ora muito utilizada como recurso de otimização nos arquivos que dela se apropriam mais e mais. A demanda de atendimento online tem crescido muito no Arquivo Público, que mantém, em seu site institucional, um rol de serviços, posicionando-se na trilha da inclusão digital. Justamente, para ampliar esse rol e atender amplamente uma das imposições apontadas pelos especialistas como fundamental para a plena democratização da informação, o Arquivo firmou parceria com o Centro de Memória de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, numa contrapartida que envolve interesses comuns na organização dos arquivos do referido Centro e as necessidades do DEAP com relação ao desenvolvimento de uma base de dados em software livre,^v com interface na Internet, combinando planilhas descritoras que utilizam os requisitos determinados pela NOBRADE, tendo anexas as imagens digitais de documentos originais. A base, desenvolvida em sistema gerenciador de banco de dados MySQL, tem a capacidade final possível de até 16 terabytes de armazenamento e está em fase final de teste (versão Alfa 3.0).

Utiliza-se de sistema híbrido de reprodução dos documentos, que visa conjugar a preservação e o acesso ao seu patrimônio documental por meio da microfilmagem e da digitalização. O incremento da aquisição de equipamentos para esse fim, adquiridos graças aos apoios recebidos por meio de projetos apresentados, dotou de infra-estrutura necessária a Divisão de Preservação de Documentos, responsável pelo diagnóstico e pela implementação de medidas preventivas e corretivas nas condições físicas do acervo permanente. Esse serviço consolidado tem despertado o interesse e as discussões para iniciativas de criação de um setor de documentos audiovisuais no Arquivo Público. Motivou-nos a constatação de rico material desse gênero, principalmente integrante dos

fundos privados, como fitas cassete, discos em vinil, fitas VHS e DVD's. Com a intenção concretizada pelo trabalho conjunto com a Divisão de Documentação Permanente, está nos momentos iniciais de elaboração e desenvolvimento do projeto “Depoimentos para a História”, para a coleta, tratamento e disponibilização de informações orais de pessoas que atuaram na condição de adversários do Regime civil-militar, implantado em 1964 no Brasil, no contexto do Paraná, uma vez que os arquivos oficiais já estão, em grande parte, abrigados e acessíveis neste Arquivo Público, legalmente recolhidos por força do decreto estadual nº 577, de 11 de julho de 1991,^{vi} de forma a elaborar instrumentos que permitam conhecer integralmente esta memória, no intuito de conduzir ações que visem, em última instância, ao intercâmbio de informações e à cooperação na recuperação, organização, preservação e acessibilidade dos acervos documentais referentes ao tema em questão, como, também, de buscar caminhos para a socialização e difusão dos mesmos.

De modo a potencializar as atividades de descrição de documentos de caráter permanente, e com o objetivo de disponibilizá-los de forma mais regular aos pesquisadores, o Arquivo mantém, com as algumas universidades, grupos de trabalho voluntários compostos de alunos dos cursos de História e de Direito que, acompanhados de um professor supervisor, analisam, descrevem e rearranjam fisicamente o fundo arquivístico PB036^{vii} – num programa denominado “Oficina do Poder Judiciário: redescobrimo o Poder Judiciário”, formalmente instituído junto ao CNPq.

CONCLUSÃO

Enquanto isso, a Arquivologia chega à maturidade, oferecendo perspectivas promissoras como profissão, como área do saber e de aplicabilidade, que se refletem na criação de cursos de graduação e pós-graduação, de aperfeiçoamento e programas de difusão, como também na multiplicação de Associações e Entidades classistas. Há um claro comprometimento por parte dos Arquivos na competitividade e na competência, a partir dessa postura madura, imprescindível para que tenham perspectivas realmente conscientes e promissoras.

Participação em projetos de capacitação funcional, com a realização de cursos de curta e média duração, elaboração de publicações técnicas e informativas, atendimento

personalizado aos usuários, edição sistemática de instrumentos de pesquisa, aplicação de normas para a prática arquivística, melhoria dos ambientes de guarda e de atividades técnicas na área de preservação de documentos, construção das bases para a aplicação de informatização de acesso e novos modelos de interação são trabalho em conjunto com provedores de tecnologia da informação, na busca de soluções que envolvem a Administração Pública, relacionamento com outras entidades públicas e as questões da gestão de documentos arquivísticos, contemplando a racionalização da produção, da organização, da destinação e de seu uso, parcerias com ênfase na propaganda institucional, tornam possível fazer dos Arquivos Públicos instituições a caminho de responder ao verdadeiro sentido de que se reveste a teoria e a prática arquivísticas.

Isso tudo, evidentemente, não sem grandes lutas e persistência nesse frágil universo que compõe os arquivos públicos brasileiros, cujos modelos estiveram baseados em paradigmas tradicionais por tanto tempo.

Nós, do Arquivo do Paraná, ampliamos significativamente as atividades da instituição e temos empreendido esforços para crescer e, creio, temos conseguido nos tornar visíveis e, esperamos, imprescindíveis.

BIBLIOGRAFIA

BLAIS, Gabrielle, ENNS, David. Intensificando o nobre sonho: programação pública nos arquivos canadenses. *Acervos*, Rio de Janeiro, v. 4/5, nº2/1, p.55-68, jul./dez. 1989, jan./jun. 1990.

BRASIL. Lei n.8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.arquivonacional/conarq.....html>>

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná, Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1ª ed.2001, 11 p. 2ª 2005, 124 p. Segunda edição disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico>

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ
Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná, Curitiba: Imprensa Oficial do
Paraná, 3ª ed.2007, 118 p. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico>

ESPOSEL, José Pedro. Arquivos: uma questão de ordem. Niterói, RJ: Muiiraquitã.
1994.

MACHADO, Helena Corrêa, CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Roteiro para a
implantação de arquivos municipais. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura: Porto
Calendário, 1996.

PARANÁ. Lei nº33 de 7 de abril de 1855. Cria o Archivo Público. Imprensa
Paranaense: Curitiba, 1909.

ⁱ Diretora do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

ⁱⁱ Conjunto de regras cujos objetivos são assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a troca de informações sobre documentos arquivísticos; possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade, e tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

ⁱⁱⁱ O Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná, publicado em 2002, inaugura a Coleção Pontos de Acesso, desenvolvido com o apoio financeiro do ADAI - Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos, resultado do projeto Informatização de Instrumentos de Pesquisa do Arquivo Público do Paraná. A versão eletrônica disponível desde seu lançamento no site <pr.gov.br/arquivopublico>, encontra-se atualizada conforme a metodologia preconizada pela NOBRADE.

^{iv} História Administrativa do Paraná, Imprensa Oficial. 2000 e 2002. Publicação do Departamento Estadual de Arquivo Público, composta de dois volumes publicados (1853-1947 e 1948-1998) e uma atualização virtual (1999-2004) é uma ferramenta que tem o objetivo principal de auxiliar as atividades arquivísticas, facilitando aos pesquisadores o acesso à informação.

^v É política do governo do Paraná a adoção do software livre para a produção de sistemas informatizados no âmbito da administração pública.

^{vi} O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a abrir arquivos dessa natureza, instado pela Constituição Federal de 1988, que leva a administração pública a se mobilizar para a abertura e para a divulgação dos acervos das polícias políticas. O decreto estadual nº577, de 1991 extinguiu a Subdivisão de Segurança e Informações da Polícia Civil, anteriormente denominada Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e transferiu seus arquivos para o DEAP.

^{vii} No primeiro semestre de 2004, o Arquivo Público do Paraná inovou o trabalho com acervos de documentos históricos organizando oficinas temáticas com seus estagiários, graduandos em História, juntamente com voluntários, alunos e bacharéis em cursos ligados à temática dos acervos, para trabalho de classificação e análise daqueles. A primeira experiência nesse sentido é a relacionada com a documentação oriunda do Poder Judiciário Paranaense.